



UMA ANÁLISE DA CRISE DO ESTADO DE DIREITO A PARTIR DA ORDEM MONETÁRIA*

ANALYSIS OF THE CRISIS OF THE RULE OF LAW FROM THE MONETARY ORDER

Marcelo Quevedo do Amaral**

Resumo: O processo de desterritorialização e perda de soberania que caracteriza a “crise do Estado”, cuja ênfase se dá com as transformações definidas como “financeirização”, também pode ser analisado a partir da perspectiva da evolução da ordem monetária. O deslocamento do sistema capitalismo de uma dinâmica produtiva para a financeira trouxe consigo a questão do financiamento do Estado e da dívida pública para o centro do debate na atualidade. Esse debate envolve a legitimidade democrática, a transparência e/ou o déficit democrático existente nas instituições responsáveis pela gestão da política monetária. Esses pontos representam um grande desafio à sociedades balizadas pelo ideal do Estado democrático de direito. Dentro de uma perspectiva hermenêutica-jurídica, o desafio é propor respostas orientadas por uma interpretação integral e interdependente, partindo da premissa que a transparência e o controle social da ordem monetária são elementos indispensáveis à efetividade do ideal democrático e republicano dentro de um projeto Estatal e/ou pós-Estatal.

Palavras-chaves: Ordem monetária; Território; Estado; Financeirização e democracia.

Abstract: The process of deterritorialization and loss of sovereignty that characterizes the "crisis of the State", whose emphasis is given to the transformations defined as "financialization", can also be analyzed from the perspective of the evolution of the monetary order. The shift of the capitalist system from productive to financial dynamics brought with it the question of state and public debt financing to the center of the debate today. This debate involves democratic legitimacy, transparency and / or democratic deficit in the institutions responsible for the management of monetary policy. These points represent a great challenge to societies marked by the ideal of the democratic rule of law. From a hermeneutic-juridical perspective, the challenge is to propose answers oriented by an integral and interdependent interpretation, starting from the premise that the transparency and the social control of the monetary order are indispensable elements to the effectiveness of the democratic and republican ideal within a State project and or post-State.

Keywords: Monetary order; Territory; State; Financialization and democracy.

INTRODUÇÃO

A constituição do Estado moderno está intimamente ligada à definição, disputa e consolidação de territórios. O Estado se constituiu exercendo sua soberania sobre um povo em um

*Artigo submetido em 12 jul. 2018 e aceito para publicação em 22 jan. 2019. Publicado em 30 jan. 2019.

** Doutorando, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil / marcquevedo07@gmail.com

dados território. Esse fato explica o porquê, atualmente, as discussões acerca das transformações do Estado contemporâneo realçam o processo de desterritorialização e perda de soberania a partir da dinâmica imposta pelo processo de financeirização\globalização.

Todavia, o processo de formação e evolução do Estado moderno também foi e é interdependente e correlacionado à evolução do sistema econômico capitalista. Embora o modo de produção capitalista inicialmente se desenvolva umbilicalmente ligado ao Estado, sua necessidade intrínseca de expansão não permite a submissão eterna aos marcos territoriais dos Estados nacionais. Se num primeiro momento essa expansão ocorre através dos conhecidos processos colonialistas de ocupação de novos territórios de forma articulada e capitaneada pelos Estados, atualmente se verifica um descolamento dos agentes econômicos nacionais dos interesses estatais. O fato é que, durante todas as fases dessa evolução, a criação de um equivalente monetário funcional dentro de uma ordem monetária internacional cumpriu um papel essencial.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é analisar a “crise do Estado” e as transformações no sistema econômico chamadas de “financeirização” a partir da perspectiva da ordem monetária. Essa alteração da dinâmica funcional da economia tem alterado drasticamente muitas das premissas sob as quais se fundava o funcionamento da sociedade e da economia, com claros reflexos sobre a efetividade das políticas públicas e o funcionamento dos Estados.

O deslocamento do sistema capitalismo de uma dinâmica produtiva para a financeira trouxe consigo a questão do financiamento do Estado e da dívida pública para o centro do debate político na atualidade. Mas, além disso, colocou a questão da legitimidade democrática, da transparência e/ou do déficit democrático existente no funcionamento das instituições responsáveis como pontos que não podem ser ignorados por sociedades balizadas pelo ideal do Estado democrático de direito.

Assim, dentro de uma perspectiva hermenêutica-jurídica, importa construir uma interpretação integral e interdependente a partir da premissa que a transparência e o controle social da ordem monetária são elementos indispensáveis à efetividade do ideal democrático e republicano dentro de um projeto Estatal e/ou pós-Estatal. Dessa interpretação, se buscará fazer algumas considerações sobre o sistema de gestão da política monetária e sua possibilidade de integrar um movimento de afirmação de espaços democráticos transnacionais capazes de definir o futuro de um projeto transconstitucional.

1 A ORDEM TERRITORIAL, ESTADO MODERNO E ORDEM MONETÁRIA

Carl Schmitt ao analisar a evolução do processo de apropriação e ordenação espacial (nomos) da terra reconhece a íntima ligação entre a terra e o direito. Para Schmitt (2014, p. 45) a tomada da terra precede, não apenas logicamente, mas também historicamente, a ordem jurídica que se segue.

Embora, a forma “Estado” e sua definição decorram das condições e estruturas sociais presentes em determinado período histórico, o Estado na sua forma moderna está intrinsecamente ligado ao elemento territorial. O Estado moderno é constituído pelo poder de mando sobre um dado componente espacial e populacional, ou seja, a partir dos três elementos constitutivos da sua definição clássica: povo, território e soberania.

O território adquire uma centralidade sobre os demais elementos na medida em que os limita e condiciona não só jurídica, mas econômica e socialmente, posto que a soberania e a nacionalidade são exercidas sobre uma dada configuração espacial.

Essa caracterização do “Estado moderno”, como observa Carl Schmitt (2014, p. 154), tem na Pax da Westfália o ponto de afirmação da pessoa jurídica soberana.

O Estado é concebido agora como elemento de uma nova ordem espacial, como o novo sujeito de direito de um novo direito das gentes, e torna-se irresistível como conceito jurídico. Esse Estado, porém, é essencialmente um espaço territorial, unificado e fechado, do solo europeu, sendo representado ao mesmo tempo como um “magnus homo”. Somente agora ele adquire a forma, como sujeito jurídico e “pessoa soberana”. Uma ordem espacial equilibrada só se torna possível com a clara delimitação territorial, baseada na coexistência das pessoas soberanas.

Na evolução apresentada por Schmitt percebe-se a noção de descontinuidade da definição de Estado também presente na obra de Bobbio (1986, p.67). Nesse sentido, BOLZAN e STRECK (2014, p. 25) destacam que:

O Estado Moderno como algo novo insere-se perfeitamente em uma descontinuidade histórica, isso porque um dos maiores argumentos a confirmar a tal tese é de que é o processo inexorável de concentração do poder de comando através da monopolização de alguns serviços essenciais para a manutenção da ordem interna e externa, tais como a produção do direito através da lei, que, à diferença do direito consuetudinário, é uma emanção da vontade do soberano, e do aparato coativo necessário à aplicação do direito contra os renitentes, bem como através do reordenamento da imposição e do recolhimento fiscal, necessário para o efetivo exercício dos poderes aumentados.

A organização do Estado moderno, segundo o filósofo húngaro István MÉSZÁROS (2002, 106/132), é um pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema

capitalista que se desenvolve através de uma relação de reciprocidade dialética com o Estado, permitindo a articulação e estabilização do seu conjunto sempre ameaçado pelas suas contradições inerentes.

Essa experiência moderna da forma estado soberana sobre um território e povo definidos tem como principal elemento propulsor o desenvolvimento das forças econômicas. As novas relações sociais são engendradas por uma economia que supera gradualmente a fase de troca de produtos para uma economia de intercâmbio através da forma valor, ou seja, que supera uma relação de trocas baseada em valores de uso das mercadorias por uma relação de valor que incorpora relações sociais e econômicas baseadas no processo de acumulação capitalista.

Para tanto, as relações sociais de produção passam a ter como centralidade um equivalente geral que, por fim, estabelece os marcos e interesses que condicionam em grande medida a “forma estado”. A moeda cumpre três funções essenciais nessa dinâmica: unidade de conta válida dentro de um espaço monetário delimitado; meio de circulação e reserva de valor. Essa nova fase da economia monetária é que será responsável pela ação das forças motrizes (capital comercial e financeiro) para o processo de consolidação hegemônica da forma do “Estado Moderno”.

Em sua obra sobre as transformações das formas de organização medieval à global, SASSEN (2010, p.122) analisa o desenvolvimento das estruturas sociais a partir das relações entre os elementos território, autoridade e direitos, destacando que:

En principio, el Estado territorial podría haber funcionado como espacio y/o capacidad institucional para una variedad de ordenamientos socioeconómicos distintos. En el Occidente europeo, fueron los elementos para el desarrollo del capitalismo los que se pusieron en acción bajo el Estado territorial monárquico y la ciudad-estado, las formas estatales que posibilitaron el crecimiento de los capitales financieros y comerciales.

O desenvolvimento do capitalismo, portanto, ocorre em nítida relação funcional com o Estado. Contudo, SASSEN (2010, p. 123) faz uma advertência contra uma leitura demasiadamente determinista desse processo:

Si bien esas formas del capital no bastaron en si mismas para producir lo que a la larga conoceríamos como el aparato institucional del capitalismo industrial, tampoco puede negarse que fueron necesarias. Por otra parte, al igual que el orden feudal, el desarrollo del capitalismo presenta un alto grado de variabilidad en las distintas zonas de Europa. Sin embargo, más allá de esa variabilidad, se detecta el surgimiento de un nuevo tipo de orden político, económica y social, que resulta más visible gracias a la formación de dos nuevos sujetos históricos (la burguesía industrial y el obrero industrial), analizados más adelante.

Sem perder de vista a advertência de SASSEN, pode se considerar que o alcance das relações econômicas determinou, em grande parte, os marcos do espaço territorial e a abrangência das populações que constituíram o povo de cada Estado. Nesse aspecto, cumpre salientar também a objeção de POULANTZAS (2000, p. 93), ao tratar da diferença existente entre nação, o conceito de nação moderna e o Estado nacional. Reconhecendo uma especificidade da nação nas formações sociais capitalistas e a estreita relação entre nação e estado, o autor observa a tendência do estado moderno buscar a unidade nacional gerando a tendência histórica a que as nações modernas formem seus próprios Estados.

Os lugares e os elos de reprodução ampliada das relações sociais, as formações sociais tendem a recortar os limites do Estado-nação ao se tornarem relações sociais nacionais. O desenvolvimento desigual, característica do capitalismo desde seus inícios, tende a ter como pontos de sustentação os Estados-nações dos quais precisamente ele fundamenta a relação.

Contudo, POULANTZAS (2000, p.94\98) critica o tratamento da nação e do Estado como simples produto do capital mercantil. Segundo o autor, o Estado capitalista tem a especificidade de açambarcar o tempo e o espaço social, intervindo na sua organização de modo a monopoliza-los, constituindo redes de dominação e de poder. A nação moderna seria, portanto, um produto do Estado e os seus elementos constitutivos (unidade econômica, o território e a tradição) sofreriam mudanças em virtude da ação direta do Estado na organização material do espaço e do tempo.

A nação moderna tende a coincidir com o Estado no sentido que o estado incorpora a nação, e a nação se corporifica nos aparelhos do Estado: tornam-se o sustentáculo do seu poder na sociedade, designando-lhe os seus contornos. O Estado capitalista funciona como nação.

Essa visão tem o Estado como o articulador e organizador por excelência das estruturas institucionais indispensáveis ao desenvolvimento do sistema capitalista em um movimento imbricado e interdependente de desenvolvimento, não determinado por uma única força econômica ou política. Segundo MÉSZÁROS (2002, p. 108\109) “o Estado moderno altamente burocratizado, com toda a complexidade do seu maquinário legal e político, surge da absoluta necessidade material da ordem sociometabólica do capital e depois, por sua vez – na forma de uma reciprocidade dialética – torna-se uma precondição essencial para a subsequente articulação de todo o conjunto. Isso significa que o Estado se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmos e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde

os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente”.

Para POULANTZAS (2000, p. 105), o mesmo movimento em que o Estado estabelece as fronteiras nacionais e unifica o seu interior também é voltado para o exterior dessas fronteiras, mas agora sem um horizonte último, para ampliar seus mercados, o capital e os territórios.

Essa dinâmica de expansão permanente¹ também gera uma disputa permanente entre as pessoas jurídicas estatais por recursos, territórios e poder que, como tratado por SCHMITT (2014, p. 126), se altera dos fundamentos teológicos, morais e eclesiásticos do período anterior para assumir a forma jurídico-formal do *jus hostis* (inimigo justo). E neste aspecto, a disputa interestatal se confrontará com uma contradição fundamental: a expansão do sistema econômico gera a necessidade de um equivalente monetário aceito internacionalmente, conforme HIRSCH (2010, p. 46):

O dinheiro necessita da garantia oferecida pelo aparelho de coerção estatal, ou seja, ele deve ser controlado e regulado pelo Estado. Mas ele não é criado pelo Estado; surge da estrutura dinâmica do processo de valorização do capital mediado pela troca mercantil. Caso não se consiga a estabilidade do valor da moeda, surgindo processos inflacionários, a própria forma dinheiro é a longo prazo colocada em questão.

Essa moeda que cumpre a função de equivalente geral para o intercâmbio comercial, referenciando todas as atividades de produção, serviços e circulação. Além disso, e tão importante quanto, é utilizada para avaliação e expressão da riqueza privada acumulada pelo processo econômico. Essas funções conferem a moeda uma qualidade eminentemente “pública”, no sentido que as regras para sua emissão e circulação somente podem ser aceitas e validades socialmente.

Portanto, a análise da crise do Estado está tão diretamente correlacionada à evolução da ordem monetária e, conseqüentemente, sofre profundamente os reflexos de um processo de financeirização econômica que gera o paradoxo de um Estado cada vez mais submetido aos interesses de agentes econômicos privados, os quais necessitam desse mesmo Estado na ausência de outra autoridade capaz de realizar a regulação pública que assegure sua própria dinâmica

¹Renato Janine RIBEIRO (1978, p.17), na sua obra *A Marca do Leivatã*, considera que a dinâmica a expansão já é uma característica presente no Estado concebido por Hobbes. Segundo o autor, o Estado hobbiano tenderá sempre ao acréscimo, pois é de essência imperialista, observando que o esforço da Inglaterra para constituir um Império Colonial começa sob Carlos I e Cromweell. Sobre o papel do Estado Ribeiro acrescentará ainda: “como uma de suas finalidades é garantir a acumulação primitiva do capital, a produção deve aumentar em razão inversa do controle dos cidadãos sobre a máquina estatal.

funcional.

2 A ORDEM MONETÁRIA, CRISE DO ESTADO E FINANCEIRIZAÇÃO

A compreensão da relação entre o desenvolvimento do Estado moderno e a sua relação com a ordem monetária realça a importância da análise da função do Estado e do Sistema Monetário Internacional na dinâmica de expansão capitalista. Esse é um pressuposto para o entendimento de como as transformações denominadas de “financeirização” alteraram profundamente o funcionamento e a capacidade da “forma Estado” de atender as aspirações sociais e geraram um período de grande instabilidade multidimensional.

Durante todo o período de expansão hegemônica pela Inglaterra, no qual os interesses econômicos claramente se identificavam com os Estados nacionais em competição para formação de impérios, vigorou o padrão ouro (clássico) como o equivalente monetário responsável por arbitrar as relações entre os Estados e agentes econômicos. Por seu peso econômico e força política, o império Inglês tornou-se o centro financeiro internacional e foi capaz de impor ao mundo um conjunto de políticas, dentre as quais a adoção do padrão ouro. Assim, o Sistema Monetário Internacional, então, tinha no ouro a baliza responsável por assegurar a estabilidade e a segurança nas relações econômicas internacionais. Basicamente, a autoridade monetária buscava manter um estoque de ouro capaz de preservar uma determinada paridade oficial entre as moedas e o ouro, sendo que o saldo do balanço de pagamento era financiado pelo ouro mantido pelos bancos centrais.

Essa forma de regulação financeira internacional tinha sua funcionalidade vinculada a uma ordem mundial dominada por uma potência hegemônica e na qual a competição econômica entre os agentes estavam fortemente vinculadas aos estados nacionais. Essa dinâmica condicionou o sistema e aguçou as contradições que levaram a eclosão das duas grandes guerras mundiais.

O ponto de inflexão desse modelo de sistema financeiro mundial é dado pela Conferência de Bretton Woods (1944) que retira a libra inglesa e coloca o dólar como a moeda de referência do sistema econômico globalizado como decorrência do declínio da hegemonia inglesa e da ascensão estadunidense. No que pese alteração da moeda a forma de regulação econômica seguiu de modo similar, vinculada e interdependente aos interesses e potencialidade da econômica nacional hegemônica.

O sistema de Bretton Woods, segundo HIRSCH (2010, p. 146), teria permitido uma política monetária relativamente independente das coerções exteriores e comparativamente

autônoma aos Estados nacionais. Na medida em que se eliminava a quase automática regulação das emissões monetárias segundo o padrão ouro, foram transferidas aos Estados, quer dizer, aos bancos centrais, as tarefas de fixar as paridades da moeda, as disposições das regras de conversibilidade e os controles das margens de ação para a geração de crédito bancário. Esses fatores teriam sido essenciais para permitir a adoção de políticas econômicas e sociais próprias. Segundo o autor, a esfera do capital nunca antes havia confluído tão estreitamente com o sistema de instituições nacionais, caracterizado pela vigência de fundos creditícios regulados juridicamente e a redistribuição da receita segundo os critérios do estado de bem-estar.

A transformação qualitativa e com enorme impacto sobre a ordem mundial ocorre em 1971, com a decisão unilateral do governo Richard Nixon de desvincular o valor do dólar ao ouro. A moeda de referência da economia mundial deixa de ser lastreada nas reservas de ouro mantidas pelo país² emissor, passando a ter sua sustentação diretamente ligada a força política, econômica e militar do Estado emissor como garantia da sua credibilidade internacional³. BRAGA (1997, p. 201) destaca que:

O sistema financeiro interno, cuja estabilidade baseava-se no quadro regulatório montado após a débâcle dos anos 30, começava a ser alterado por uma práxis privada e pública de cunho liberalizante e estimuladora da especulação.

Essa mudança gerará um contínuo processo de desregulamentação e financeirização⁴ da economia que, gradualmente, retirará capacidade regulatória dos Estados nacionais sobre a economia e comprometerá sua própria soberania.

Ainda na década de 90, o economista francês François CHESNAIS (1998), através da ideia de “Mundialização do Capital”, demonstra as mudanças sofridas no sistema econômico que conduzem a promover gradativamente a esfera financeira como o campo de excelência de valorização do capital em nítida subordinação da esfera produtiva.

Embora a definição do fenômeno da “financeirização” da economia seja controversa, observa-se um profundo impacto no funcionamento da ordem econômica decorrente de uma

²Até então, a política monetária do padrão-ouro assegurava que determinado valor dólar correspondia a uma quantidade de ouro físico, mantido pelas reservas da autoridade monetária estadunidense. Essa garantia permitia inclusive que qualquer pessoa pudesse demandar a troca de seus dólares pelo equivalente em ouro.

³Embora não seja o objeto dessa análise, importa observar que a decisão do governo Nixon do esforço do governo dos EUA de tentar manter sua posição hegemônica, fazendo frente aos gastos decorrentes dessa liderança que originavam déficits recorrentes no seu balanço de pagamentos.

⁴Embora com características muito distintas do atual processo de financeirização, Rudolf Hilferdin já identificava a tendência de fusão e entrelaçamento entre o capital industrial e o capital bancário na Alemanha em sua obra *Das Finanzkapital*, (O capital financeiro) de 1910.

dinâmica totalmente subordinada à valorização de ativos, financeiros e de capital, com prioridade para distribuição dos lucros e dividendos, no qual as atividades produtivas e de investimento passam a ser secundárias.

A financeirização, segundo BRAGA (1997, p. 239), constitui um novo padrão sistêmico na medida em que envolve componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a estabelecer uma dinâmica estrutural segundo princípios de uma lógica financeira geral.

Neste sentido, ela não decorre apenas da práxis de segmentos ou setores – o capital bancário, os rentistas tradicionais – mas, ao contrário, tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, condicionado a operação das finanças e dispêndios públicos, modificando a dinâmica macroeconômica. Enfim, tem sido intrínseca ao sistema tal como ele está atualmente configurado.

François CHESNAIS (1998) defenderá a existência de uma “mundialização do capital”, caracterizada pela subordinação da atividade produtiva à lógica do capital rentista como resultado da dinâmica de desregulamentação e liberalização financeira. Esse processo culminaria na autonomia do sistema financeiro em relação à economia real, produtora de bens em serviços, promotora da acumulação através do processo tradicional de trocas mercantis. Novamente, importa destacar a lição de BRAGA (1997, p. 197\198):

Os fatores pertinentes a esse padrão de riqueza advêm das transformações dos sistemas monetário-financeiros relacionadas às alterações na natureza do dinheiro, do crédito e do patrimônio; da gestão dos bancos centrais sobre a liquidez e as taxas de juros; da emergência das corporações produtivas com finanças que são um objetivo em si mesmo; da circulação internacional ampliada dos capitais sob o regime de taxas de câmbio flexíveis; da interação desses movimentos com as restrições impostas às finanças públicas; da desregulamentação financeira; da condução das políticas de globalização pela hegemonia dos Estados Unidos.

Em síntese, a evolução do sistema capitalista gerou um descolamento dos agentes econômicos dos interesses do estado nacional. Se num primeiro momento as empresas realizaram a descentralização das estruturas produtivas com promoção e apoio dos seus estados de origem, na atualidade se verifica uma dinâmica própria, pautada por interesses transnacionais e submetida à lógica financeira. Do mesmo modo, houve um verdadeiro acoplamento entre os agentes produtivos e as instituições financeiras de modo que as empresas produtivas incluem o resultado financeiro na sua função objetivo.

Com o fim do padrão ouro, a desregulamentação financeira e a revolução tecnológica, responsável pela aceleração do processo de globalização da economia, foi possível ao sistema econômico em grande medida se desvencilhar da regulamentação estatal territorial. Não só a

capacidade fiscal do Estado foi reduzida pela constante ameaça de deslocamento da produção⁵, mas e, principalmente, todo o modelo de regulação e indução econômico construído com inspiração na teoria Keynesiana (e, portanto, contemporâneo da era fordista⁶), é colocado em xeque. Conforme ressaltam ARRIGHI E SILVER (2001, pg. 41):

Por outro lado, as organizações territoriais (os estados-nação) reagem às restrições orçamentárias mais acentuadas, decorrentes da redução da expansão do comércio e da produção, competindo intensamente entre si pelo capital que se acumula nos mercados financeiros. Essa tendência acarreta redistribuições sistêmicas maciças da renda e da riqueza de todo tipo de comunidades para os agentes que controlam o capital circulante, com isso inflacionando e sustentando a lucratividade dos negócios financeiros predominantemente divorciados do comércio e da produção de bens.

Esse processo não só desorganiza a relação capital trabalho, mas introduz um fator de profunda instabilidade sistêmica ao dissociar a valorização dos estoques de riqueza (títulos, ações, fundos, etc...) da valorização real, produtiva da economia. Nesse sentido, é exemplificativo o trabalho de Thomas Piketty (*O capital no século XXI*), que demonstra detalhadamente como o rendimento do capital fictício tem crescido acima da taxa de crescimento econômico, resultando em forte concentração de renda e aumento da desigualdade. Tendência acentuada logicamente pelo maior peso dos ativos financeiros na composição da riqueza em posse das classes de maior renda. Ainda segundo ARRIGHI E SILVER (2001, pg. 41):

“Por um lado, quando a acumulação de capital é muito superior à que pode ser reinvestida com lucro nos canais estabelecidos de comércio e produção, as organizações e indivíduos capitalistas reagem a ela retendo na forma líquida uma proporção crescente de seus rendimentos. Essa tendência cria uma massa de liquidez excessivamente abundante, que pode ser mobilizada, diretamente ou através de intermediários, na especulação e na tomada e concessão de

⁵ AVELÃS (2013, p. 220) chama atenção para o papel dos paraísos fiscais para evasão de divisas e lavagem dos capitais com origem em atividades criminosas, bem como sua íntima relação com o sistema financeiro internacional. Segundo Avelãs, em quase todos estes “paraísos” há mais sociedades fictícias registradas do que habitantes. Sociedades especializadas na “tecnologia” de operações criminosas, complexas operações financeiras só possíveis com a (inevitável) cumplicidade dos grandes bancos e dos grandes conglomerados transnacionais. E com o apoio ativo das grandes potências e das organizações internacionais (incluindo as que integram a ONU), às quais cabe a gravíssima responsabilidade da manutenção deste estado de coisas, que se traduz na garantia de regras de vida especiais para o grande capital e para o crime organizado, regras que subvertem princípios elementares de qualquer estado de direito e impedem o respeito destes princípios em muitos outros países.

⁶ Sobre a era Fordista, HIRSCH (2010, p. 145) irá afirmar que: havia se generalizado a fé em um progresso infinito no sentido de riqueza em bens materiais, na possibilidade da política configurar todas as relações sociais, nos benefícios do desenvolvimento tecnológico, na progressiva igualdade social, e também a confiança em uma previdência social garantida pela burocracia estatal. A solidariedade social e a contenção dos conflitos de classes parecia ser realizável mediante a ampliação de mecanismos de regulação burocrática e de sistemas de assistência social. Um reformismo estatal, a ideia da mudança positiva da sociedade mediante eleições, partidos e Estados, tornou-se dominante. Isso caracteriza o projeto hegemônico do fordismo. Sua marcas podem ser encontradas até em áreas da estética, por exemplo na arte serial, pop-art, “nova objetividade”, o funcionalismo no urbanismo e na arquitetura. O fordismo foi o fundamento social e econômico da “modernidade”.

empréstimos”.

Esse descompasso entre valorização financeira e crescimento econômico não pode ser mantido por longo período sem ocasionar fortes instabilidades sistêmicas, especialmente pela geração de bolhas especulativas. Esse risco sistêmico global, como observa AVELÃS (2013, p. 228), se acentuou com a possibilidade de criação de derivativos financeiros, criando um “verdadeiro casino global”, cujo perigoso descontrole não passou despercebido nem pelo conhecido investidor Warren Buffet que os designou como “armas de destruição em massa”.

Essa enorme massa de capital financeiro internacional, não sujeito a regulação, é capaz de obter ganhos mediante a arbitragem entre as taxas de juros praticadas pelas autoridades monetárias nacionais e as taxas de câmbio dos países de modo a condicionar e/ou subordinar os objetivos das políticas monetárias nacionais a sua própria dinâmica de acumulação.

Da mesma forma, o processo de acumulação financeirizado cria um sistema de financiamento\endividamento das políticas públicas, via processos de concessão, privatização, parcerias público-privadas, entre outros, que também responsável, em última instância, pela transferência de recursos (via Estado), concentração de renda e subordinação do interesse público a lógica dos mercados financeiros.

O paradoxo dessa dinâmica emerge quando da ruptura de crises econômicas por deflação de ativos (bolhas), pois as mesmas forças econômicas capazes de submeter os Estados dele necessitam de socorro. Como observa BELLUZZO (2013, p. 119):

Quando ocorre a ruptura das expectativas, os detentores de direitos sobre a riqueza concentraram suas esperanças na forma de riqueza que o metabolismo social erigiu como a encarnação do valor absoluto, ou seja, o ativo que os possuidores de riqueza imaginam dotado de capacidade aquisitiva e liberatória invariável agora e no futuro. Esse ativo é uma construção social, fundado na confiança e não pode ser produzido privadamente, ainda que, em condições de crescimento estável da economia, os produtores privados tenham a impressão de estar produzindo dinheiro com a produção e venda de suas mercadorias particulares.

Confrontado pela crise, o capital financeiro internacionalizado expõe a principal antinomia do seu modelo funcional ao recorrer a ativos líquidos vinculados a moedas fortes, ou seja, ao necessitar da esfera de proteção do Estado. Um Estado cada vez mais fraco relativamente ao poder dos agentes econômicos transnacionais⁷.

⁷ Nesse tópico, a análise do surgimento das criptomoedas e suas potencialidades é fundamental para definir o quanto do fenômeno se deve a um possível movimento especulativo e quanto decorre das necessidades do sistema econômico internacionalizado e financeirizado que reforça o processo de enfraquecimento da soberania dos Estados Nacionais.

Portanto, do ponto de vista jurídico, a questão que se impõe é como se construir um arcabouço institucional capaz de regular a dinâmica financeira internacional, assegurando estabilidade ao próprio sistema econômico, num momento histórico no qual a potencialidade do Estado é manifestamente insuficiente, por si só, para submeter a dinâmica individual das forças financeiras em prol de um projeto político intersubjetivo.

3 A ORDEM MONETÁRIA E OS DESAFIOS A UM PROJETO DEMOCRÁTICO

Uma primeira observação sobre o problema até aqui apresentado diz respeito à verdadeira corrosão ocasionada à legitimidade estatal, especialmente quando considerada uma concepção contratualista do Estado. Esse enfraquecimento da legitimidade estatal se expressa em duas dimensões complementares. Se por um lado o Estado não é mais capaz de controlar e submeter às forças econômicas, por outro, e por decorrência, deixa de ser capaz de cumprir as suas finalidades fundantes, enfraquecendo os vínculos sociais selados pelos interesses comuns por ele representados.

Em seu estudo sobre a obra de Hobbes, RIBEIRO (1978, p.21) observa que o autor de “O Leviatã” já considerava como uma das funções essenciais do Estado reduzir ao mínimo as diferenças que separam os súditos entre si. Essa função estatal teria por objetivo não só resguardar a própria segurança do Estado, evitando a eclosão de conflitos, uma vez que “sendo o bem-estar um dos objetivos da formação da sociedade, é preciso impedir que todos os bens sejam açambarcados por uns poucos”.

De igual modo, na tradição crítica da teoria do Estado de autores como POULANTZAS, que identifica o papel do Estado na manutenção da coesão social e reprodução das relações sociais via aparelhos repressivos e ideológicos de produção do consenso, também se percebe claramente o problema da perda de legitimidade.

Essa legitimidade pode ser identificada com o “projeto da modernidade política”, o qual, segundo STRECK (2009, p. 114), respondeu a três violências (“triângulo dialético”), através da categoria político-estatal: a) respondeu à falta de segurança e de liberdade, impondo a ordem e o direito (o Estado de Direito contra a violência física e o arbítrio); b) deu resposta à desigualdade política, alicerçando liberdade e democracia (Estado Democrático); c) combateu a terceira violência – a pobreza – mediante esquemas de socialidade.

Nesse sentido, os projetos constitucionais que expressam a ideia de bem-estar social, se fundamentam na busca da bem comum, na valorização da dignidade humana e no ideal de justiça

social. Valores antagônicos e incompatíveis com a lógica financista e individualista. Nesse sentido, importa lembrar a lição de DWORKIN (2012, p. 540).

As leis e programas de ação política de uma comunidade constituem o seu acordo político. É evidente que a legislação tributária é um elemento central do acordo político, mas todas as outras partes da legislação também pertencem a esse acordo: as políticas fiscal e monetária, as leis trabalhistas, as leis e programas ambientais, o planejamento urbano, a política externa, a política de assistência médica, a política de transporte, as regulamentações de alimentos e medicamentos e tudo o mais. Quando se modifica qualquer uma dessas leis ou programas de ação política, modifica-se também a distribuição da riqueza e das oportunidades na comunidade, das mesmas escolhas, a mesma sorte, as mesmas capacidades e todas as outras variáveis pessoais de cada cidadão. Por isso, não podemos fugir ao desafio da igual consideração afirmando que os recursos do indivíduo dependem de suas escolhas, e não das escolhas do governo. Dependem de ambos.

Em síntese, os rumos impostos pela dinâmica financeira desafiam as chamadas “promessas da modernidade” e passam a servir de principal justificativa⁸ para a suposta impossibilidade do cumprimento das promessas constitucionais dos modelos de Estado Social. Em maior ou menor medida, os Estados perderam as condições de regular suas economias através dos instrumentos disponíveis de política monetária e fiscal restritos aos seus territórios vis a vis as condicionalidades e pressões impostas pelo capital financeiro globalizado e com plena liberdade de circulação global.

No Brasil, por exemplo, as condicionantes e os limites impostos pela gestão da dívida pública servem reiteradamente de justificativas para tentativas de corte, redução e até a própria negação das políticas públicas e dos direitos sociais. Movimento que constitui uma verdadeira tentativa de inversão do conteúdo e do compromisso firmado pela “Constituição Dirigente”, segundo BERCOVICI (2006, p. 73):

“a constituição dirigente das políticas públicas e dos direitos sociais é entendida como prejudicial aos interesses do país, causadora última das crises econômicas, do déficit público e da “ingovernabilidade”; a constituição dirigente invertida, isto é, a constituição dirigente das políticas neoliberais de ajuste fiscal é vista como algo positivo para a credibilidade e a confiança do país junto ao sistema financeiro internacional. Esta, a constituição dirigente invertida, é a verdadeira constituição dirigente, que vincula toda a política do Estado brasileiro à tutela estatal da renda financeira do capital, à garantia da acumulação de riqueza privada”.

As políticas monetárias também estão submetidas ao ordenamento Constitucional. No

⁸HIRSCH (2010) entende que a crise financeira do Estado é resultado direto da crise do próprio sistema capitalista, uma vez que os meios financeiros de que dispõe são retirados do processo capitalista de produção. Segundo HIRSCH, a forma política – concretizada institucionalmente no aparelho de Estado – depende da forma dinheiro e da forma capital, estando ao mesmo tempo em contradição com elas.

caso brasileiro, por exemplo, o modelo adotado deveria obrigatoriamente demonstrar como pretende harmonizar níveis de preço, emprego e crescimento combatíveis com os objetivos constitucionais de redução das desigualdades, promoção do bem-estar e desenvolvimento nacional. A estabilidade monetária (controle da inflação) não é um valor em si mesmo, mas uma condicionalidade que deve se mostrar adequada, ponderada e subordinada aos demais valores e compromissos de cada sociedade, ou seja, ao nível de desenvolvimento econômico, a manutenção de políticas públicas, a garantia de emprego, renda e condições mínimas de sobrevivência e dignidade.

Mas, essa negação também se expressa na blindagem da atuação das autoridades monetárias ao controle social, caracterizando um verdadeiro déficit democrático destas instituições. O Banco Central Alemão (*Bundesbank*) e o Banco Central Europeu, por exemplo, ilustram bem essa situação por se tratarem de instituições referenciais. Segundo LOMBARTE (2002, p.95):

“la condición del BCE como Administración Independiente a la que Le resultaran directamente aplicables las críticas sobre la legitimidad constitucional de un fenómeno que quiebra el círculo democrático propio de las democracias contemporáneas. El BCE aparece como un poder desproporcionado en el seno de la débil e inmadura, todavía, estructura institucional de la Unión Europea”.

Mais uma vez, importa afirmar a questão democrática como central na reflexão crítica sobre o papel da ordem monetária no Estado, justamente por competir a política monetária alcançar os níveis de preço (inflação), emprego e crescimento definidos por um planejamento econômico que deve almejar o “bem estar” socialmente definido.

A ordem monetária condiciona e limita tanto as políticas públicas quanto o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, os efeitos distributivos na sociedade⁹. Portanto, a constituição de um projeto político democrático pressupõe a adoção de institutos jurídicos que assegurem a transparência e o controle da gestão monetária de modo a permitir a sua submissão a ordem constitucional vigente.

E, nesse sentido, parece correta a dicotomia, percebida por STREECK (2013, p. 163), entre o “povo do Estado”, destinatárias dos direitos e políticas públicas, e o “povo dos mercados”, defensores do pensamento neoliberal para reconfiguração do Estado e do progressivo bloqueamento da capacidade democrática de intervenção nos rumos da economia. A financeirização estaria gradativamente erodindo as identidades políticas e sociais que assentaram o Estado Social,

⁹ A própria etimologia da palavra “juro” já indica o conflito social subjacente. Não por acaso, em espanhol é *interés*, em francês é *intérêt* e, em inglês, taxa de juro é *interest rate*. Portanto, é adequado considerar a taxa de juros como uma taxa que fixa “*interese próprio*”, emergindo a questão de se saber a “quem atende esse interesse”. E, como tal, dentro de um sistema democrático, o “interesse” deve ser exposto a sociedade de forma clara, colocado em debate e deliberado segundo as regras do processo vigente, sob o risco de captura por interesses obscuros e nada republicanos.

permitindo uma “desdemocratização do capitalismo através da deseconomização da democracia”.

Nesse aspecto, adotando a definição de democracia de BOBBIO (1986, p. 18), também se observam os reflexos da ordem monetária com a negação, mesmo que velada, ao conjunto de regras que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos.

Em grande parte, a legitimação ideológica desse processo ocorre pelo discurso da tecnicidade e das exigências do mercado, as quais teriam uma suposta complexidade que tornariam as decisões impassíveis da injunção democrática. Nessa perspectiva, haveria uma solução única, um único caminho a ser seguido, o qual poderia ser indicado cientificamente e de modo preciso.

Essa tentativa de naturalizar opções claramente políticas tem simplesmente o objetivo de mascarar um forte conflito de interesses na esperança de minimizar os impactos sociais e as reações sob o já velho chavão do “não há alternativa”. Resulta, portanto, um conflito permanente entre uma dívida pública produzida por políticas monetárias avessas ao debate democrático e uma dívida social legitimada pelo pacto democrático.

Mas, essa premissa é absolutamente falsa e facilmente desmascarada. Em primeiro lugar, porque não há no campo econômico consensos sobre modelos ou teorias econômicas. Pelo contrário, há grande controvérsia entre as diferentes escolas de pensamento da ciência econômica, podendo-se inclusive se entender que cada conjuntura econômica encontra resolução em modelos concebidos por diferentes linhas de pensamento.

Ademais, o mercado não é uma instituição neutra, metafísica ou um mecanismo natural neutro e eficiente, mas uma instituição social. Como ressalva AVELÃS (2013, p. 213/214), o mercado é uma criação histórica da humanidade, correspondente a determinadas circunstâncias econômicas, sociais, políticas e ideológicas, que serve a interesses determinados. Portanto, o mercado é uma instituição política destinada a regular e a manter determinadas estruturas de poder.

Apesar disso, não se pode esquecer que a lógica financeira também penetra e hegemoniza as demais instâncias da estrutura econômica. A esfera produtiva, a poupança das famílias via fundos de pensão e os próprios estados estão articulados dentro desse sistema financeiro mais geral (penetrou nas diversas instâncias que compõe a estrutura econômica), o que dificulta as tentativas de regulação, controle e correção das perigosas distorções especulativas.

O ideal democrático pressupõe, todavia, instituições e sistemas pautados pela transparência e controle sobre a atividade das autoridades monetárias, submetendo a condução da política econômica à contínua legitimidade social com objetivo de evitar sua captura por interesses particulares, setoriais ou externos.

As decisões, por exemplo, devem observar os contrapontos, a diversidade de opiniões e ter mecanismos de acompanhamento externo. A composição dos órgãos deliberativos deve ser representativa da diversidade de opiniões e agentes econômicos, sendo ao mesmo tempo pautada por rigorosos mecanismos externos de controle e acompanhamento.

A transparência na atuação do Estado, o grau de abertura dos processos estatais na tomada de decisões e de publicidade, inclusive no que tange aos critérios e argumentos utilizados para tomada de tais decisões pode ser percebido como um “barômetro” de realização do Estado democrático de Direito, como defende SOMMERMAN (2010). E, como não poderia deixar de ser, a transparência e o controle social da gestão da política monetária, da sua formulação à execução, é condição de grande relevância no arcabouço institucional de sociedades balizadas pelo ideal democrático.

Infelizmente, em muitos casos, a força dos agentes econômicos consegue capturar totalmente a gestão monetária dos países, a qual passa a ser comandada por um grupo de pessoas representativa de um único segmento, em geral, do próprio setor financeiro.

Novamente, tomando o exemplo o caso brasileiro, SCAFF (2016) entende que tudo indica que o problema central do sistema político-financeiro brasileiro se encontra no fato do Banco Central – BACEN - ser autônomo para assegurar o pagamento do serviço da dívida e blindado a qualquer controle parlamentar ou popular. Do mesmo modo, os instrumentos financeiros capazes de viabilizar a concretização dos direitos sociais teriam sido isolados, tendo sua efetividade medida em si mesma, sem qualquer relação com os objetivos da política econômica estatal ou da ordem econômica constitucional. Segundo BERCOVICI (2006, p. 71):

A Lei de Responsabilidade Fiscal e a insana proposta de emenda constitucional instituindo o déficit nominal zero são meios de excluir o orçamento da deliberação pública, garantindo metas de política monetária muitas vezes impostas de fora e em favor de interesses econômicos privados, que desejam uma garantia sem risco para seus investimentos ou para sua especulação financeira. A implementação da ordem econômica e da ordem social da Constituição de 1988 ficaram restritas, assim, às sobras orçamentárias e financeiras do Estado. A constituição financeira de 1988 foi, deste modo, “blindada”.

Esse processo, no limite, pode significar uma interdição do projeto constitucional, permitindo aos interesses financeiros negar inclusive o próprio sistema democrático através de medidas de exceção baseadas em argumentos estritamente econômicos. Tal possibilidade é reforçada por uma autoridade monetária nacional que concentra excessivamente poderes e atribuições. Segundo MENDONÇA (2000, p. 112):

Quando é designado ao BC a busca da estabilidade de preços e há liberdade de uso

de instrumentos na busca desse objetivo é entendido que foi concedido maior autonomia ao BC. Dado que autonomia é sinônimo de autocracia, nos quais alguns elementos democráticos são violados, a autonomia deve ser balanceada pela transparência das ações do BC. O ponto crucial a ser destacado é que o BC não deve ser responsável pela estabilidade de preços, que é responsabilidade do governo, mas pela produção de tal estabilidade. Em outras palavras, o governo determina o que a estabilidade de preços significa cabendo ao BC, a busca da meta pretendida pelo governo.

Outro aspecto da discussão envolve a defesa pelo sistema financeiro da “independência” dos bancos centrais. O afastamento das autoridades monetárias do controle público é antagônico com o ideal democrático. Na prática se tem observado uma série de condicionantes e exigências pelo sistema financeiro aos Estados, em especial a independência dos bancos centrais, como forma de isolar as políticas da instituição do controle público dos governos e dos parlamentos.

Todas essas circunstâncias confrontam a noção de Estado de Direito, especialmente, quando entendido como um projeto político, juridicizado, de contenção do Poder e de proclamação da igualdade de todos os homens¹⁰.

Em síntese, como afirma BOLZAN (2011, p 130), se verifica a incompatibilidade das noções clássicas de democracia e cidadania com a desterritorialização provada pela globalização, o que coloca a necessidade de repensarmos o conteúdo e a extensão de tais noções e práticas.

CONCLUSÃO

As transformações na economia que caracterizam o chamado processo de “financeirização” impõem novos obstáculos ao “Estado moderno”, sobretudo na sua configuração de Estado Social. Na medida em que a esfera produtiva foi sendo subordinada à esfera financeira como o campo de excelência de valorização do capital, houve o descolamento dos agentes econômicos dos interesses dos seus Estados nacionais, emergindo entraves ao financiamento das políticas públicas com o sistema de financiamento\endividamento articulando uma dinâmica que prioriza a transferência de recursos (via Estado) ao atendimento dos interesses dos mercados financeiros.

Nessa nova fase de funcionamento econômico as opções de política monetária, que determinam em grande parte as condicionantes sobre a capacidade de financiamento dos Estados, passaram a ser “naturalizadas”, ou seja, tornadas impassíveis às injunções da democracia através de um conjunto de concepções que objetivam em grande parte mascarar o forte conflito de interesses

¹⁰MELLO (2008, p. 49).

subjacente.

Gradualmente, os instrumentos de política monetária e fiscal dos Estados nacionais não são mais capazes de regular um capital financeiro cada vez mais globalizado e não sujeito às fronteiras tradicionais. Conseqüentemente, os interesses econômicos podem confrontar o chamado projeto da modernidade política expresso nas Constituições inspiradas nos modelos de Estado Social.

Essa dinâmica, que afasta a valorização financeira do crescimento econômico real, acentua as desigualdades e gera fortes instabilidades sistêmicas em razão de sua acentuada tendência especulativa. Como demonstrou a crise financeira de 2008, apesar de poderem subverter e condicionar a soberania dos Estados, os agentes econômicos necessitam, em última instância, do socorro destes mesmos Estados, pois a riqueza se expressa na forma “moeda” e, assim como a política monetária, tratam-se de funções por essência “públicas” que expressam relações sociais subjacentes.

Embora se reconheça a improbabilidade de se alterar estruturalmente a realidade econômica atual a partir de institutos jurídicos nacionais, a afirmação nacional de um sistema de gestão monetária pautado pela transparência e sujeito ao controle social ainda é fundamental na constituição de um processo de mudança. No caso brasileiro, por exemplo, o desafio do sistema jurídico é constituir instrumentos de gestão monetária capazes de articular e garantir as políticas públicas que assegurem o emprego, a renda e as condições mínimas de sobrevivência e dignidade que inspiraram o pacto constituinte.

Evidentemente, o atual estágio de economia financeirizada e globalizada coloca limites à ação política dos Estados, porém somente a constituição de mecanismos de controle social e transparência da política monetária podem possibilitar a qualidade do debate indispensável a um projeto social minimamente democrático. Aliás, a intensidade e a qualidade do processo democrático estão intimamente correlacionadas aos mecanismos de controle social e a amplitude dos instrumentos de transparência. E, justamente desse debate que se pode formar e configurar os movimentos para transformação social com vista a reafirmar e valorizar a cidadania e a democracia.

Os riscos advindos da desigualdade e da instabilidade econômica também originam interesses comuns entre os agentes públicos e privados, podendo permitir oportunidades de convergência num espaço público para novas forças de regulação da dinâmica financeira. Basta considerar que instituições como o Comitê de Regulação Bancária e Práticas de Supervisão, sediado no Banco de Compensações Internacionais - BIS, criado na década de 70 pelos países membros do G-10, sob responsabilidade dos bancos centrais e autoridades responsáveis pela supervisão bancária

desses países, se originou para enfrentar a ameaça ao sistema bancário internacional que teve origem na insolvência de um banco da Alemanha. Essa instituição foi responsável pela criação dos regramentos bancários conhecidos como Acordos da Basileia, cidade Suíça sede do BIS.

Também interessante lembrar que na Conferência de Bretton Woods, John Maynard Keynes propôs a criação de uma espécie de Banco Central Mundial e de uma moeda internacional – o BANCOR – visando assegurar a capacidade de regulação dos poderes públicos sobre o sistema financeiro. E, nesse contexto, que o Estado de direito resta desafiado a encontrar soluções que permitam regular o sistema financeiro, controlando sua dinâmica de forma a permitir que o interesse público novamente possa prevalecer sobre as ambições individuais de modo a resguardar o ideal democrático e republicano em uma nova configuração Estatal e\ou pós-Estatal.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, M.; ORLÉAN, A. **A violência da moeda**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

AVELÃS NUNES, Antônio José. **As voltas que o mundo dá...** Reflexões a propósito das aventuras e desventuras do Estado Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

_____. **O Estado capitalista e as suas máscaras**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J. 2001. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro : UFRJ-Contraponto.

BERCOVICI, Gilberto; MASSONETTO, Fernando. **A Constituição direigente invertida: a blindagem da Constituição Financeira e a agonia da Constituição Econômica**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/24845/1/BoletimXLIX_Artigo2.pdf?ln=pt-pt. Acesso em 10 de outubro de 2016.

BERCOVICI, Gilberto. **Soberania e Constituição: Para uma crítica do constitucionalismo**. 2ª Edição. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Estado, governo, sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOLZAN DE MORAIS, José Luis; STRECK, Lenio Luiz. **Ciência Política e Teoria do Estado**. 8ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

BOLZAN DE MORAIS, José Luis. **Constitucionalismo e cidadania: por uma jurisdição constitucional democrática**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

_____. **As Crises do Estado e da Constituição e a transformação espacial dos direitos humanos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global – O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: FIORI, José Luís; TAVARES, Maria Conceição (org.). **Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 195-242.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; STRECK, Lenio Luiz (coords). **Entre discursos e culturas jurídicas**. Coimbra: Coimbra, 2006.

CHESNAIS, F. **A Mundialização de Capital**. São Paulo, Xamã, 1998.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Brasil dos Bancos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

DALLARI BUCCI, Maria Paula (org). **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DWORKIN, RONALD. **Justiça para Ouriços**. 2.ed. Coimbra: Almedina, 2012.

GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988 (interpretação e crítica)**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HIRSCH, Joachim. **Teoria Materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **O Estado do bem-estar social na idade da razão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KRELL, Andreas Joaquim. A recepção das teorias alemãs sobre “conceitos jurídicos indeterminados” e o controle da discricionariedade no Brasil. **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica**, Porto Alegre, vol. I, nº2, p.33, 2004.

LOMBARTE, Artemi Rallo. **La Constitucionalidad de las administraciones independientes**. Madrid: Editorial Tecnos, 2002.

MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política)**. Livro 1: O processo de produção do capital. Vol. 1. São Paulo, Difel Difusão Editorial, 1982.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 25ª edição. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 2008.

MENDONÇA, H. E. **A Teoria da Independência do Banco Central: uma interpretação crítica**. Revista Est. Econ. São Paulo, V. 30, nº 01, p. 101-127, Jan-Mar/2000.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.

RIBEIRO, Renato Janine. **A Marca do Leviatã**. São Paulo, Editora Ática, 1978.

SOMMERMAN, Karl-Peter. La exigencia de una Administración transparente en la perspectiva de los principios de democracia y del Estado de Derecho. In: GARCÍA MACHO, Ricardo (Org.). **Derecho administrativo de la información y administración transparente**. Madrid: Marcial Pons, 2010.

PIÑAR MAÑAS, José Luís. Transparencia y protección de datos: las claves de um equilibrio necesario. In: GARCÍA MACHO, Ricardo (Org.). **Derecho administrativo de la información y administración transparente**, Madrid: Marcial Pons, 2010.

SASSEN, Saskia. **Territorio, autoridad y derechos. De los ensamblajes medievales a los ensamblajes globales**. Madrid, Katz Editores, 2010.

SCAFF, Fernando Facury. **Dívida Pública atrasa ampliação de direitos fundamentais e investimento público**. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-set-09/contas-vista-divida-publica-atrasa-ampliacao-direitos-fundamentais>. Acesso em 18 de julho de 2016.

_____. **Crédito Público e Sustentabilidade Financiera**. Revista Direito à Sustentabilidade – UNIOESTE, V. 1, nº 01, 2014, p. 34 – 47.

SCHMITT, Carl. **O nomos da Terra no direito das gentes do jus publicum europaeum**. Rio de Janeiro, Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.

SOUZA, Jessé. **A Tolice da Inteligência Brasileira**. São Paulo, LeYa, 2015.

STIGLITZ, Joseph. **O Preço da Desigualdade**. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e(m) Crise**. Uma exploração hermenêutica da construção do direito. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 1999.

_____. **Verdade e Consenso**. Constituição, Hermenêutica e Teorias Discursivas. Da possibilidade à necessidade de respostas corretas em direito. Livraria Lúmen Juris: Rio de Janeiro, 2009.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. Tradução: Marian Toldy, Teresa Toldy. Lisboa: Actual, 2013.

ZOLO, Danilo. **Globalização: Um Mapa dos Problemas**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.